

A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015)

La Trayectoria de Vida de las Mujeres Negras en las Instancias de Poder de la Amazonia del Pará (1995-2015)

The Life Trajectory of Black Women in Instances of Power in the Paraense Amazon (1995-2015)

Maria de Nazaré Costa da Cruz

Resumo: Considerando a ausência de visibilidade de mulheres negras em diversos espaços da sociedade brasileira, este trabalho compõe um diálogo por meio da história oral que, valorizando a entrevista como recurso narrativo, possibilita-nos ouvir sujeitos historicamente silenciados, fomentando novas possibilidades analíticas, para além da escrita. Concentramos nossos estudos sobre a história de vida de três mulheres negras da Amazônia paraense, situadas em lugares considerados como instâncias de poder, ocupados por tempo determinado, com incidência de decisão numa construção hierárquica. O processo da escravidão deixou marcas profundas sobre as mulheres negras, construindo uma imagem – influenciada por estereótipos do Brasil Colônia – em que há lugares para negros e lugares para brancos. São mulheres, negras e da Amazônia que corporificam num mesmo corpo várias opressões. Buscamos compreender suas vivências através dessa interseccionalidade.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Instâncias de Poder. Amazônia Paraense.

Resumen: Considerando la ausencia de visibilidad de las mujeres negras en diversos espacios de la sociedad brasileña, este trabajo compone un diálogo por medio de la historia oral que, valorizando la entrevista como recurso narrativo, permite escuchar sujetos históricamente silenciados, fomentando nuevas posibilidades analíticas. Concentramos nuestros estudios sobre la historia de vida de tres mujeres negras de la Amazonia (Pará), situadas en lugares considerados como instancias de poder, ocupados por tiempo determinado, con incidencia de decisión en una construcción jerárquica. El proceso de la esclavitud dejó marcas profundas en las mujeres negras, construyendo una imagen - influenciada por estereotipos del Brasil Colonia - en que hay lugares para negros y lugares para blancos. Son mujeres, negras y de la Amazonia corporificando en un mismo cuerpo varias opresiones. Buscamos comprender sus vivencias a través de esa interseccionalidad.

Palabras clave: Mujeres. Instancias de poder. Amazonia del Pará.

Abstract: Considering black women's lack of visibility in several spaces of Brazilian society, this work composes a dialogue through oral history that, valuing the interview as a narrative resource, gives voice to historically silenced subjects, fomenting new analytical possibilities that go beyond writing. We focused our study on the life history of three Black women from the Amazon (Pará), occupying spaces considered as Instances of Power for a determined amount of time, with incidence of decision in a hierarchical construction. The process of slavery left deep marks on black women, building an image - influenced by stereotypes from Colonial Brazil - where there are spaces for blacks and places for whites. They are women, black and Amazonian, who embody various oppressions. We seek to understand their experiences through this intersectionality.

Keywords: Black Women. Instances of Power. Paraense Amazon.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte da seguinte indagação: como se dá a trajetória de vida de mulheres negras em instâncias de poder na Amazônia paraense, entre os anos de 1995 a 2015? Procuramos demonstrar como a história de vida dessas três mulheres constrói o percurso até elas chegarem nessas instâncias, bem como suas dificuldades e superações. A temporalidade histórica tratada (1995 a 2015) concentra marcos de efervescência para o cenário de Mobilização Nacional do Movimento Social Negro. Em 1995, temos a Marcha Nacional pelos 300 anos de Morte de Zumbi dos Palmares em Brasília, com o tema: Zumbi pela Cidadania e pela Vida; e, em 2015, ocorre a Marcha Nacional de Mulheres Negras, contra a Violência e pelo Bem Viver, organizado e protagonizado, exclusivamente, por mulheres negras.

No intervalo dessas duas décadas, consolidam-se ações decisivas no que tange à luta e efetivação por políticas públicas voltadas à população negra, que vai desde o reconhecimento pelo Estado brasileiro de que existe racismo até a aprovação das Cotas Raciais no serviço público federal, passando pela criação da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial – SEPPPIR-2003, aprovação da Lei 10.639/03, aprovação da Lei de Cotas em universidades federais.

Em diversos momentos da história de luta do povo negro, as mulheres negras estiveram presentes, porém, suas pautas foram apagadas, invisibilizadas e silenciadas. Isso as levou a provocar discussões densas no interior do Movimento Negro e no Movimento Feminista; assim, buscamos compreender como as mulheres negras que estão em instâncias de poder, lidam com essas opressões. Procuramos investigar como se dá a interseccionalidade de gênero, raça e classe na vida delas. Ouvimos suas histórias de vida, dentro das instituições nas quais atuam; procuramos perceber onde essas trajetórias se aproximam e onde se distanciam; partimos de um ponto comum de que as três entrevistadas são mulheres negras, da Amazônia paraense e estão em espaços considerados como instâncias de poder, dentro das instituições pesquisadas, a saber: Partido dos Trabalhadores – PT; Central Única dos Trabalhadores – CUT; e Universidade Federal do Pará – UFPA.

Elas têm em comum: serem mulheres, negras e amazônidas, estarem na luta política organizadas em sindicato, partido e universidade, apresentam trajetórias diferentes no decorrer de suas vidas. São consideradas mulheres comuns que trilharam caminhos diferenciados, que as levaram a um outro fator comum entre elas: acessaram espaços considerados de “poder”, onde elas se tornam excessões, por serem lugares negados (ou pouco acessados) por outras mulheres negras.

A presente pesquisa segue balizada por eixos teóricos reflexivos, alinhados pela contextualização histórica sobre a presença das mulheres na historiografia, quando esses estudos se iniciam no Brasil, ora esboçando como as mulheres negras são representadas, ora como elas se definem na história brasileira e na Amazônia. Analisamos as entrevistas sobre suas trajetórias de vida a partir do aporte teórico do feminismo negro, cujas bases epistemológicas tangenciam sua fundamentação, referenciando, prioritariamente, intelectuais negras e algumas autoras da historiografia que estudam gênero. Finalizamos fazendo uma reflexão sobre como se dá a atuação dessas mulheres no interior das instituições pesquisadas.

Como suporte teórico-metodológico, utilizamos a história oral através de entrevistas. As fontes partem, inicialmente, do campo teórico da história, mas não se limitam a ela. Tecemos um caminho interdisciplinar, como propõe José de Assunção Barros (2016), o que possibilitou um diálogo entre vários campos da ciência, como Antropologia, Filosofia e Ciências Sociais. Utilizamos artigos e teses nos quais autoras debatem sobre os conceitos analisados, como os de interseccionalidade,

raça, classe, feminismo negro, Amazônia paraense. Destacamos a importância de utilizar-se dessas fontes na pesquisa devido partirem das vivências epistemológicas de mulheres negras, possibilitando um processo de decolonialidade na construção de um saber histórico.

1. Mulheres na Historiografia

As mulheres fazem parte da construção do conhecimento, assim como da construção da história das humanidades. Contudo, sua aparição na historiografia como sujeitos sociais históricos é bem recente, em decorrência dos papéis que lhes foram atribuídos durante os séculos.

Assim, foi atribuído para o homem um *status* de poder, e, para as mulheres, um papel secundário. A escolha de olhar para essas relações de poder entre homens e mulheres será classificada como uma categoria de análise chamada gênero, pela historiadora Joan Scott (1989), “O gênero é um elemento construtivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21), ou seja, se refere às identidades sociais subjetivas para definir os papéis que homens e mulheres podem desempenhar a partir dos contextos sociais.

A história das mulheres recebe influências do movimento feminista. As feministas acreditavam que essas pesquisas transformariam paradigmas e trariam novos temas, demonstrando que as mulheres estavam presentes no decurso na história. Mesmo depois de terem provado que as mulheres participaram politicamente dos grandes acontecimentos históricos, tais como a Revolução Francesa, por exemplo, ou a Revolução Bolchevique, alguns historiadores afirmavam que as feministas deveriam apenas produzir histórias sobre sexo e família.

Minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela, “as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazerem a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a História das mulheres trata do sexo e da família, e deveria ser feita da história política e econômica. (SCOTT, 1989, p. 5).

No Brasil, as produções historiográficas sobre as mulheres e pelas mulheres surgem na década de 1970, relacionadas às pressões do movimento feminista, bem como à maior presença de mulheres na academia (mulheres brancas, vale ressaltar). Neste contexto, as historiadoras brasileiras começam a produzir estudos abordando a história das mulheres.

Durante o primeiro momento, a temática abordada reduz-se à mulher no mundo do trabalho. Os estudos dessa categoria de análise ganham ebulição a partir da década de 1980, com estudos sobre a participação das mulheres em vários contextos sociais, como cita a historiadora Margareth Rago (1995):

Ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência a dominação masculina e classista (RAGO, 1995, p. 82).

2. Do Atlântico à Brasília

O Brasil é um país construído e estruturado sobre uma égide patriarcal e escravagista; país que, pela sua formação política, econômica e cultural, silenciou a participação das mulheres como sujeitos sociais na sua construção histórica. Este silenciamento tomou dimensões mais severas e violentas para as mulheres negras, já que estas, até certo tempo, não eram vistas nem como pessoas humanas, eram objetificadas.

No contexto da escravização de mulheres negras, os senhores detinham o controle, inclusive, sobre seus corpos, como demonstra a autora Sônia Giacomini (1998):

A lógica da Sociedade Patriarcal e escravista parece delinear seus contornos mais brutais no caso da mulher escrava. A apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual do seu corpo, que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão. (GIACOMINI, 1998, p.153).

As representações da mulher negra na historiografia brasileira são discutíveis. Durante o período Brasil Colônia, elas são reduzidas às negras escravizadas que trabalhavam na lavoura, às amas de leite na casa grande, às curandeiras ou, ainda, às mulheres de cama (aquelas violentadas pelo senhor de engenho).

Para a historiadora Lélia Gonzáles (1981), o projeto de Nação pensado para o Brasil não incluía a população negra, pelo contrário, ele a deixava na marginalidade. Para a autora, esse modelo é reforçado pelo mito da democracia racial, defendido por Gilberto Freyre, na sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1975), onde ele faz estudos culturais sobre a integração do negro, do índio e do branco, dizendo que vivem em harmonia. Beatriz Nascimento (1977) contesta essa tese perguntando “se somos parte integrante de uma democracia racial, por que nossas oportunidades sociais são mínimas em comparação com as dos brancos?” (NASCIMENTO, 1977, *apud* RATTS, 2007, p.108). Para ela, a tese serve para camuflar os privilégios e o racismo da elite brasileira.

Após a abolição da escravatura, não houve uma política de inclusão do negro na sociedade brasileira. No momento em que a sociedade passa de escravista para capitalista, importa a mão de obra assalariada do imigrante europeu em detrimento dos novos libertos. Para Hélio Santos (2014), “o quatorze de maio é o dia mais longo da História, pois perdura até hoje”.

Nesse contexto, as mulheres negras assumem o cenário econômico de sustentação da família negra, seja pelas vendas nas ruas como quituteiras ou trabalhando nas casas, fazendo os serviços domésticos, continuando nas cozinhas das ex-sinhá. Beatriz Nascimento (1977, *apud* RATTS, 2007) diz que elas foram trabalhando nos lugares com as mais baixas remunerações. Esse lugar de trabalho doméstico ganhou marca, cor, gênero e classe social na sociedade brasileira. As mulheres negras foram transformadas nas empregadas domésticas, categoria de trabalho que até 2013 não tinha seus direitos trabalhistas regularizados.

As mulheres negras trouxeram consigo os conhecimentos atravessados pelo Atlântico, guardaram saberes e se reinventaram nas terras *brasilis*. Para Zélia Amador de Deus (2018), elas são as guardiãs dos conhecimentos e saberes ancestrais. Diante desse contexto de superação, elas se reinventam, lutam e (re) existem, seja trabalhando na casa-grande, nas lavouras, seja ajudando

nas fugas, nas formações dos quilombos, liderando revoltas – como Luiza Mahin, na Revolta dos Búzios; Dandara e Akotirene, no Quilombo dos Palmares; Maria Felipa Aranha, nos Mocambos do Pará.

Apesar de serem silenciadas, algumas mulheres negras conseguiram superar esses desafios e acessaram esses lugares, destacando-se por tornarem-se exceções num país desigual, onde essas mulheres acumulam opressões sociais que se cruzam num único corpo: o de mulher negra. Trata-se do que a professora de Direito afro-americano, Kimberlé Crenshaw, chama de interseccionalidade,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002b, p. 177).

Para a filósofa estadunidense Angela Davis, para se entender a dinâmica de opressão sobre mulheres negras, tem que se considerar que raça conjuga classe e classe conjuga raça. Não tem como se definir qual a maior opressão: essas duas categorias estão interligadas, pois o capitalismo se sustenta sobre esses dois pilares.

Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997, p.8).

De acordo com Patrícia Collins (2000), “o pensamento feminista negro, é uma episteme construída por mulheres negras, que leva em consideração teoria e prática”. O feminismo negro vem para responder aos anseios e angústias das mulheres negras, aos quais o feminismo branco não consegue responder por pensar a mulher como uma categoria universal, fixa e imóvel, sem levar em conta marcadores raciais, sociais e regionais.

3. Negras dos campos, das florestas, das águas e da cidade. Existe o Brasil e existe a Amazônia

A Amazônia também é negra, oriunda do processo de colonização e escravidão, processos marcadores de povoamento desse território no início do século XVII. Há neste território uma tentativa de negar ou invisibilizar a presença negra, desconsiderando sua contribuição não só para o povoamento como, também, para a formação econômica e cultural, como bem nos afirma o historiador Vicente Salles: “na Amazônia, contudo, a contribuição cultural do negro é sistematicamente diminuída e até negada, no conjunto de seus valores constitutivos” (SALLES, 2005, p.93).

É uma região historicamente marcada pelo distanciamento do centro do país, e vista como a “periferia do Brasil”, tanto no que tange ao que chamam de desenvolvimento econômico como na produção intelectual. É dentro desse contexto que se encontra o Pará, segundo maior Estado do país em extensão territorial. Os dados do último censo do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE, 2010) trazem o Pará como o maior Estado negro da Região Norte, com 76,7%, onde 69,5% pardos e 7,2% pretos.

Apesar dessa identidade ser evidente a “olho nu”, ela não se reverbera nas construções de identidade do cotidiano paraense, visto que, aqui, se construiu dois marcadores: que são a “morenice” e o “caboclo amazônico”. São sujeitos miscigenados, que não se identificam especificamente com nenhum grupo étnico; não são negros, também não são indígenas e, muito menos, brancos, seriam frutos do processo de miscigenação. É uma categoria de identidade construída para se negar a presença negra e indígena. Não é à toa que Belém é chamada de “Cidade Morena”. Porém, é um fator bastante relevante para se entender a identidade das mulheres negras na Amazônia, como pontua a pesquisadora Flávia Câmara (2017):

Contudo, apontar que enquanto mulheres negras residentes/nascidas na Amazônia temos outras configurações históricas, demográficas, que ao não reconhecer se a instabilidade da sujeita política mulher negra, as quais, tratando-se de Brasil, grande parte das produções e teorizações tem sua concentração no eixo sul –sudeste-nordeste, acabam por colonizar as múltiplas experiências de mulheres negras amazônidas, que são tratadas ou como extensão das subjetividades de um “ser negra brasileira” ou negadas quando ergue se o mito do indígena e a morenidade enquanto identidade da Amazônia (CÂMARA, 2017, p.191).

Ou seja, a identidade negra na Amazônia segue outras referências que são diferentes do restante do país. Precisa-se entender que essa construção das identidades é dinâmica, que tem fatores culturais e regionais, e que influenciam na aceitação ou negação. Vejamos o que nos dizem os pesquisadores Mônica Conrado, Marilu Campelo e Alan Ribeiro (2015), a partir de uma pesquisa realizada em uma escola pública de Belém-PA.

Ser negro (a) no Pará, e porque não dizer na Amazônia, não é o mesmo que nas outras partes do país. Pelo processo histórico, a presença negra na região foi mitigada e relegada a segundo plano. A região tem a marca das hipérboles e dos mitos e essa marca condicionou a forma como a população negra foi tratada nas análises acadêmicas e como teve a sua identidade “sufocada” na metáfora do ser moreno/morena até os dias atuais (CONRADO, CAMPELO & RIBEIRO, 2015, p.2).

Segundo Amador de Deus (2018), as mulheres negras no Pará são diversas e constroem suas identidades das mais diversas formas. Das ribeirinhas, quilombolas; do campo, da floresta; negras urbanas; trabalhadoras rurais. São negras onde quer que estejam, a identidade racial não se desloca de seus corpos.

Diante desse contexto, vamos apresentar a história de vida de três mulheres negras afro-amazônicas paraenses que estão em instâncias de poder, em espaços diferentes de atuação. Para compreendermos como se deu essas trajetórias pessoais e públicas nesses espaços, utilizaremos como metodologia entrevistas compostas de questões abertas e dirigidas. As entrevistas serão sobre suas histórias de vida e suas trajetórias nesses espaços públicos de visibilidade política.

4. Mulheres Negras: entender que muitas vieram antes e que outras virão depois

No âmbito dessa pesquisa, foram coletadas entrevistas com três mulheres negras em instâncias de poder. São elas: Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBT do Partido dos Trabalhadores - PT,

que representa a instância partidária; Carmen Helena Foro, Vice-Presidenta da Central Única dos Trabalhadores - CUT, que representa a instância do Sindicato; e Zélia Amador de Deus, Professora Doutora da Universidade Federal do Pará que representa a instância da universidade, a academia.

4.1. As Insubordinadas

Janaina Barbosa Oliveira, 35 anos, mulher negra, lésbica, da Amazônia, ativista do Movimento LGBT, graduanda em Direito. Atualmente, é Secretária Nacional LGBT do PT, onde compõe a Executiva Nacional. É militante da Rede Afro LGBT, mora em Brasília, nascida em Belém, morou parte de sua infância no Estado do Maranhão, voltou com a família para Belém na adolescência no final da década de 1990.

Inicia sua militância no movimento estudantil em 2002, e, em seguida, se aproxima da pauta do movimento LGBT; a partir de 2007, começa a inserir-se no Movimento Negro e, em 2008, consolida sua militância através do Fórum Nacional de Juventude Negra (FOJUNE). Em 2009, filia-se ao Partido dos Trabalhadores - PT, no qual passa a militar na Pauta Étnico Racial e LGBT.

Em sua trajetória de militância, passou por diversos espaços de construção social, foi coordenadora do Grêmio do CEFET, coordenadora do Fórum Nacional de Juventude Negra pelo Estado do Pará, membro da Executiva Nacional da Juventude do PT-JPT, coordenadora Estadual e Nacional do Setorial LGBT do PT, vice-presidenta Nacional do Conselho dos Direitos LGBT, coordenadora da Gerência de Diversidade na Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, Secretária Nacional LGBT do PT, membro da Executiva Nacional do PT.

Carmen Helena Foro, 53 anos, mãe de seis filhos, cabocla Amazônica, trabalhadora rural, vice-presidenta Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Carmen nasce às margens de um Igarapé, às proximidades do Rio Moju, na cidade do Moju-Pa, na qual vive com a família, trabalhando como agricultora. Passa a infância tendo que remar até a cidade mais próxima, no caso, Igarapé Miri, para poder estudar e vender os produtos da roça.

Inicia sua militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, de Igarapé Miri, como estagiária, filia-se ao sindicato e torna-se dirigente e, depois, presidenta, coordenadora do Movimento de Desenvolvimento da Região Tocantina-MODESTO, coordenadora do Movimento de Energia para a Região Tocantina, secretária de Mulheres da Federação de Agricultura do Pará - FETAGRI, dirigente da CUT - PA, secretária Nacional de Mulheres da FETAGRI, coordenadora Nacional da Marcha das Margaridas, dirigente Nacional da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, vice-presidenta Nacional da CUT.

Zélia Amador de Deus, mulher negra da Amazônia. É Professora Doutora da Universidade Federal do Pará - UFPA, onde trabalha há 40 anos. Nasceu em Soure, na Ilha do Marajó, e veio morar em Belém no primeiro ano de vida. Foi criada pela avó em Belém do Pará, é ativista do Movimento Negro, considerada uma das maiores intelectuais negra do Brasil.

Zélia é graduada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa - UFPA, Mestrado em Estudos Literários - UFMG, e Doutorado em Ciências Sociais pela UFPA. Além de ser atriz e diretora de teatro, foi coordenadora de Centro, chegando a ser vice-reitora da UFPA. Foi presidenta da Associação de Pesquisadores Negros - ABPN, compôs a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros - CADARA, co-fundadora do Centro de Estudos do Negro no Pará e Grupo Afro Amazônico - GEAN.

Para Lucília Delgado e Maria Ferreira (2014), vamos fazer uma “visita ao passado recente”, no bojo da história do tempo presente, partindo de uma temporalidade próxima, numa ordem cronológica inversa, revisitando memórias recentes das entrevistadas. Neste sentido, começaremos pela geração mais recente, e assim sucessivamente.

4.2. A menina negra da Amazônia

Janaina é militante partidária do PT, Partidos dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, durante o processo de redemocratização do país. Partido esse que tem trinta e oito anos, com mais de dois milhões de filiados e filiadas. Considerado o maior partido de esquerda da América Latina, ele tem como uma de suas principais lideranças públicas o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PT está organizado através de Diretórios Estaduais nos 26 estados e mais o Distrito Federal, possui um processo hierárquico de direção, onde é representado pelas seguintes instâncias: setoriais, secretarias setoriais, executivas distritais, zonais, municipais, estaduais e nacionais, com seus respectivos diretórios.

A partir do relato da entrevistada, foi possível pontuar as dificuldades encontradas em sua trajetória de mulher negra da Amazônia. Ela tem uma trajetória de militância no PT desde 2009, onde passou pela Secretaria Nacional de Juventude - JPT, como membra da executiva, foi coordenadora do Setorial LGBT e ajuda a transformá-lo em Secretaria, torna-se a primeira secretária eleita dessa instância. Em 2015, passa a compor o Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM, onde coordena uma Diretoria de Diversidade.

As dificuldades aparecem desde a infância, nos lugares pensados e naturalizados para as mulheres negras como uma herança histórica.

[...] e eu tô dizendo isso porque faz parte de uma trajetória que me faz entender o meu papel de mulher negra no futuro, que eu sempre brinquei com as minhas amiguinhas, com as minhas coleguinhas e o papel que eu sempre desempenhei nas nossas brincadeiras de casinha sempre foi de **empregada doméstica** [...] (informação verbal, grifo meu).

[...] a militância do movimento negro...que me apresenta inclusive o debate étnico-racial do reconhecimento, da autonomia, de se visualizar enquanto mulher negra, da resistência de entender o processo de racismo, e já me consolido também na questão de dizer abertamente para as pessoas quem eu sou, qual é minha orientação, qual é a luta que eu defendo [...] (informação verbal).

Para Nilma Lino Gomes (2006), o processo de construção da identidade negra passa pela experiência de aceitação do corpo negro, é um processo de tornar-se negro, levando-se em conta toda a construção negativa que fora feita com esse corpo negro desde a escravidão.

Nesse sentido, o movimento negro cumpre um papel importante na vida de homens e mulheres negras, que é o de, também, ser um movimento educador. Para Gomes (2017, p.42), “ele organiza e sistematiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo de sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva”. Ajuda a pensar as outras representações dos lugares em que estão inseridos, outros marcadores, geracionais regionais e sociais.

[...] mas é no movimento negro que eu tenho uma percepção do espaço que eu estou, o fórum da juventude negra me gerou muitas oportunidades, primeiro de você conhecer outros cenários do Brasil de dialogar com outras pessoas sobre seu papel, mas me fez perceber também a percepção que as pessoas têm da Amazônia, a Amazônia é um espaço de grande biodiversidade, que proporciona uma série de coisa pro restante do país, mas não é uma região prioritária na disputa de ocupação de espaço né, tu passa a perceber o conflito que é norte e nordeste com o centro-sul do país [...] (informação verbal).

Ser mulher negra da Amazônia a coloca em lugar de subalternidade nas disputas por ocupação dos espaços, um marcador que a difere das demais regiões. Não bastasse já existirem estereótipos introjetados de que existem lugares para negros e lugares para não negros, como cita Nascimento (1976, *apud* RATTTS, 2007), principalmente nos espaços políticos, hegemonizados por homens brancos e de meia idade: “Numa sociedade como a nossa, onde a dinâmica do Sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher esses espaços.” (RATTTS, 2007, p.104).

De acordo com Matilde Ribeiro (2009), as mulheres negras são desaforadas, e vão procurando novas formas de organização, sejam elas nas organizações mistas do movimento negro ou em organizações somente de mulheres negras. Para Djamilia Ribeiro (2017), as mulheres negras são capazes de compreender a importância da representatividade assim como o lugar de fala de cada sujeito social, levando em consideração as experiências, vivências e opressões de cada um. Isso é bem representativo na fala de Janaina:

[...] e quando a gente teve a oportunidade... de fazer ela, eu lembro que eu levei um companheiro gay pro fórum da juventude negra, levei outro companheiro jovem da rede afro LGBT, levei uma mulher negra, matriarca, lésbica do cangaço, então assim quando a gente começou a montar essa atividade com a presidenta Dilma, eu tive a preocupação de ter a certeza de quem nós teríamos a nossa representatividade lá naquele espaço. [...] (informação verbal).

[...] foi na fala da mãe da diversidade que a Dilma fez o primeiro gesto de carinho conosco, ela levantou e abraçou aquela mãe, a gente não sabe o que ela falou, ela falou muito baixinho no ouvido daquela mãe por que ela tava segurando uma bandeira que ainda tinha respingo de sangue da morte do filho e ela ouviu daquela mãe lá de Pernambuco, daquela mulher negra, a dor de ter perdido seu filho” [...] (informação verbal).

O racismo no Brasil é estrutural, está nas estruturas das instituições, o que impede a ascensão de muitos negros em diversas instituições, e que os coloca numa situação de isolamento, é o que a entrevistada vai narrar no espaço do Governo Federal e na Secretaria LGBT do PT.

[...] e aí eu vou pro governo, eu passei muito pelo processo de racismo institucional, muito, muito, muito.... eu vivi racismo do tipo de me sugerirem o cabeleireiro da empregada doméstica, por que se incomodavam com as tranças do cabelo, eu fui em várias reuniões que eu... a ministra mandava eu ir pras reuniões representando o ministério, eu não ia representando a minha pasta, eu ia representando o ministério pra falar com um conjunto de gestores, e eu chegar

no ambiente e a pessoa não perceber, e a pessoa dizer que chegou o carro do ministério e a pessoa perguntar pra mim: cadê? [...].

[...] não é fácil ser secretária, não é fácil, mas diferente daquela época da coordenação, eu, primeiro que eu tenho mais firmeza de ser uma mulher negra lésbica da Amazônia, eu sempre faço questão de dizer tudo isso e todas as reuniões que eu tenho que tomar decisões importantes eu faço questão de dizer quem eu sou e da onde eu estou falando [...] (informação verbal).

As mulheres negras se reinventam e (re)existem, e se autoajudam na luta coletiva, sabendo que não estão sós. Raimunda Nilma de Melo Bentes (2017), a idealizadora da Marcha Nacional de Mulheres Negras, diz que “a história mostra que as mulheres negras sempre estarão dispostas a lutar contra as injustiças, pela equidade”. Elas tecem redes de articulação política e fortalecem a militância, foi isso que a Marcha das Mulheres Negras em novembro de 2015, em Brasília-DF, demonstrou.

[...] eu vi as mulheres negras marchando com uma pauta, com disputa ideológica, com posição política de reunir com os gestores da política pública do governo federal, mas foi importante ver a nossa voz, ouvir, era uma adversidade de mulheres negras, não só regional, mas de concepção, geracional, religiosa, tradicional, eu tive do início ao fim, eu fiz esse exercício de ir do início ao fim da marcha pra ver essa diversidade [...]

[...] mas foi lindo, foi lindo, você tem um outro marco da sua vida, você tem as mulheres negras dizendo pro Brasil e pro mundo, nós estamos aqui, nós existimos, nós resistimos, nós estamos na luta, nós vamos fazer o enfrentamento, nós estamos aqui pra cobrar política pública, nós estamos aqui pra fazer um projeto de defesa socialista de esquerda, isso tem muito também, acho e espero que a Dilma tenha entendido, que aquele momento foi um momento importante não só pras mulheres negras, mas inclusive de defesa dela como mulher branca [...] (informação verbal).

[...] a institucionalidade me impedir de viver aquele momento enquanto mulher negra, por que assim, eu tava no ambiente institucional de governo, mas eu não tinha deixado de ser uma mulher negra, isso não impediu que o racismo institucional acontecesse, nunca impediu que acontecesse, mas eu era impedida de participar de atos por uma questão institucional, foi lamentável por que eu sabia que a partir naquele momento eu disse: pow, mas eu não posso participar por que eu tô numa estrutura institucional, mas essa estrutura institucional não impediu que eu vivesse um processo de racismo, dentro da estrutura de governo (...) (Janaina Oliveira).

A Marcha Nacional de Mulheres Negras é citada pela entrevistada como um grande encontro da diversidade, contrariando a lógica do racismo que transforma o negro numa homogeneidade.

4.3. A Desaforada

Carmen Helena Foro é vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores - CUT. É a primeira mulher negra, trabalhadora rural e da Amazônia a ocupar essa instância. A CUT foi

fundada em 1983, é uma organização sindical de massa e de classe, surge no processo do “novo sindicalismo”, com objetivo de representar a luta dos trabalhadores do campo e da cidade. Está organizada nos 26 Estados e no Distrito Federal. A CUT é a maior Central Sindical da América Latina e a 5ª maior do mundo.

Carmen tem uma trajetória na CUT que vem das ramificações de base, vem do sindicato de trabalhadores rurais, depois, para a FETAGRI, passando pela CUT Estadual, CONTAG, até chegar à Executiva Nacional da CUT, como vice-presidenta. Em sua trajetória na militância sindical, optou por se organizar enquanto mulher trabalhadora rural, buscando fortalecer a luta dessa categoria.

Nessa trajetória, marcada por vários momentos de dificuldades e superação, que vem desde a infância de ser uma criança ribeirinha, “então tive uma infância onde o rio era minha rua, na beira do rio, e pra mim aprender a ler e escrever, primeiro tive que aprender nadar, como condição de sobrevivência mesmo”, diz a entrevistada, até a chegada no espaço da CUT Nacional.

A tomada de consciência de classe é essencial para a organização dessa categoria, porém, é um processo que se constrói ao longo da história, porque vai depender das experiências individuais e coletivas de cada indivíduo e do grupo no qual vive. Primeiro, precisa entender-se enquanto classe para, depois, ter-se a consciência de classe, como nos diz Edward Thompson (1998):

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 1998, *apud* MATTOS).

Por outro lado, a presença das mulheres nos sindicatos enquanto sujeitos sociais nem sempre foi uma constante, como relata a entrevistada Carmen Foro, “observei primeiro que não tinham quase mulheres e as mulheres falavam muito pouco no sindicato”. As campanhas nacionais realizadas no fim da década de 1980 pelas centrais sindicais pelos direitos das mulheres incentivaram e ampliaram a participação e organização de várias mulheres, desde a formação de associações até a disputa pelas direções sindicais, com a tônica de dar visibilidade à presença feminina e “implementar as políticas das mulheres de maneira transversal em todas as áreas das centrais” (SOARES, 2016, p. 4), bem presente na fala da entrevistada:

[...] e o material que mais me chamava atenção era o material da secretaria de mulheres da CUT, não era secretaria na época, era comissão nacional de mulheres da CUT que mandava um boletim que era: “igualdade de oportunidades na vida no trabalho e no movimento sindical”, foi uma campanha que a CUT teve muito importante pra trazer, filiar mulheres, garantir o reconhecimento da nossa participação nos espaços sindicais [...] (informação verbal).

Além de ter que lidar com a questão de ser mulher na luta sindical, um espaço dominado pela presença masculina, e, principalmente, a CUT, que tem mais homens como dirigentes, ainda tem que lidar com o fato da descoberta de ser mulher negra: “eu primeiro me percebi mulher lá no sindicato, foi depois que eu fiz essa conexão entre ser mulher e negra”, afirma Carmen Foro. E como os olhares se direcionam para esse corpo negro subjugado sexualmente.

Para Beatriz Nascimento (1976, p. 106), a representação baseada em estereótipos sobre o corpo da mulher negra de que “sua cor funciona como atrativo erótico” a faz mais “ser destemida sexualmente”, o que permite que homens exerçam suas dominações sem serem censurados.

[...] e uma coisa que sempre me incomodou muito, era o olhar masculino sobre nós mulheres negras, quando somos mais jovens, mesmo em espaço político, é como se nós fôssemos um objeto do desejo, da satisfação deles. Era assim, há um interesse muito grande por você essa coisa da sexualidade, essa coisa de uma mulher negra chama muita atenção. Eu comecei a me perceber mulher negra nessa perspectiva. Quando eu percebi as abordagens, e até parece que não fariam isso com as outras. Era muito mais comigo [...] (informação verbal).

[...] hoje eu tenho certeza que minha vida é muito mais dura, sempre foi muito mais dura porque eu sou negra. Eu vejo e comparo, o que é ser uma dirigente sindical branca e o que é ser uma dirigente sindical negra. Como que isso é expresso de forma silenciosa, como se a branca tivesse muito mais valor do que as mulheres negras. Isso é muito doloroso, porque nós velamos cotidianamente. Isso é velado no dia a dia, nos espaços que nós estamos. Ou você grita, ou você se submete. Se silencia. Quando grita ainda dizem: “está se fazendo de vítima!”, eu tenho vivido muito isso, e quando eu acho que na CUT a minha presença só o fato de existir, ser negra, ser da Amazônia, causa sim um desconforto, na maioria do histórico processo daquela central sindical de 35 anos dirigida por homens (Carmen Foro).

O fato de ser uma dirigente mulher negra Amazônida a faz ter outras percepções, um despertar para a identidade negra que não necessariamente tem ligação com a militância orgânica dos movimentos negros tradicionais. Mas que consegue perceber a relevância da militância das mulheres negras em diversos espaços. Sueli Carneiro (2003) considera que o movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena as contradições de raça, classe e gênero,

Promove a síntese das bandeiras de luta levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras (CARNEIRO, 2003, p. 3).

(...) aí eu olho a marcha das mulheres negras, que inclusive muitas delas vinham do interior, do interior do Brasil, que estavam lá nos quilombos, em lugares muito distantes, na condição de mulheres negras, que ocupam o último lugar em qualquer espaço da sociedade, pra mim 2015 foi um momento assim, muito revolucionário, a mulherada negra se levantar, acho que no Brasil a gente tá vivendo um momento muito rico, têm mulheres negras se organizando, na sua condição de mulher negra, com sua pauta, na sua trajetória histórica (Carmen Foro).

[...] então assim, a Carmen, a vice-presidenta da CUT, não é uma aventura dela, é fruto de um processo coletivo de muito tempo (...) (Carmen Foro).

4.4. A herdeira de Ananse

Zélia é professora da Universidade Federal do Pará – UFPA desde 1978¹. Zélia foi aluna da UFPA do curso de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, e, depois, torna-se docente nessa mesma instituição. É nesse espaço de trabalho, mas também de militância, que ela vai traçar sua caminhada na luta contra a discriminação racial e por políticas de ação afirmativa.

O fato de saber que era negra desde a infância contribui para trilhar o caminho da educação como lugar de superação. “Minha avó dizia o tempo todo: ‘Tu és preta!’, eu não fiquei me enganando achando que eu podia ser morena”, relata Zélia. Considera que o estudo a tirou da extrema pobreza, “sou filha de mãe solteira, fui criada pelos meus avós, no meio da pobreza, na verdade, o que me tirou da pobreza foi ter estudado, da extrema pobreza”. Isto contribui para sua militância, ainda na juventude, em plena ditadura civil e militar. Já estava inserida na luta antirracista, e foi através do teatro que essa militância reverberou, como aponta:

[...] resolvi que tinha que fazer teatro, o teatro me ajudou muito na vida, eu era uma pessoa muito tímida, eu digo que o teatro foi a minha terapia, sou outra pessoa depois que eu fiz teatro [...].

[...] eu entrei na UFPA no período Médici, saí em 74, na graduação. É, então, foi uma época dura, você só podia fazer política clandestino [...].

[...] falar de racismo na ditadura militar, significava estar atentando contra a segurança pública.

[...] falar de movimento negro e reivindicar, falar da existência do racismo e reivindicar política pública, era atentar contra a segurança nacional.

A trajetória de militância de Zélia no movimento negro se confunde com a própria trajetória política do movimento social negro. Ela vivencia os principais marcos históricos da luta do movimento negro, os quais ela ajudou a construir, desde a fundação das organizações tradicionais do Movimento Negro, passando pela participação na Conferência de Durban, na luta pela aprovação das ações afirmativas na UFPA e no Brasil.

No final da década de 1970, precisamente em 1978, surge o Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial - MNUCDR, que mais tarde se transforma em Movimento Negro Unificado - MNU, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, com caráter político reivindicativo, o que influencia a criação de outras organizações do movimento negro, “aí surge o CEDENPA, nesse bojo e desde lá que a gente tá aqui, na luta enfim pela cidadania negra”, dentre elas o Centro de Estudos do Negro no Pará - CEDENPA, do qual Zélia é uma das fundadoras.

Durante sua carreira na Universidade Federal do Pará - UFPA, Zélia chegou a ser vice-reitora, de 1993 a 1997, até o presente momento, a única mulher negra a estar nessa instância. Ela diz que teve toda uma trajetória interna administrativa para poder chegar a esse espaço.

¹ A UFPA foi criada através da Lei: 3.291, de 02 de julho de 1.957, sua criação foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. É uma instituição Federal de Ensino superior, organizada sob forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação - MEC, através da Secretaria de Ensino Superior - SESU, tendo como princípio a integração das funções de Ensino, Pesquisa e Extensão.

[...] eu fui eu acho que a primeira e única até agora. Não espero ser a única, eu quero que venha mais, mas até agora só fui eu a única mulher negra. Mas eu vinha de uma trajetória que eu já tinha sido chefe de departamento, coordenadora de colegiado, já tinha uma prática administrativa e fui diretora do Centro que hoje é instituto. Então depois de diretora de Centro é que eu cheguei à Vice-reitoria (informação verbal).

[...] acabou que eu me transformei numa figura muito conhecida dentro da instituição, exatamente por causa das minhas posturas e luta [...].

Considera de muita importância a participação do movimento negro na preparação e na **III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, onde o estado brasileiro reconhece a existência institucional do racismo e se compromete a construir medidas para superação das desigualdades raciais. Entre elas, as ações afirmativas na educação, o que será chamado de **Políticas de Cota**. Para Gomes (2017, p. 34), isso provoca “mudanças internas na estrutura do Estado”, e na UFPA não foi diferente, como relata Zélia: “[...] a gente conseguiu o projeto de lei das cotas, não do jeito que a gente queria, mas de qualquer forma ampliou a presença negra dentro da universidade”.

O resultado da Política de Ações Afirmativas tem diversificado o perfil dos alunos nas universidades. Zélia fala como gostou do resultado das cotas na UFPA, que é adotado desde o ano de 2008,

[...] a gente tá ampliando digamos assim, o acesso de grupos que historicamente estavam fora da universidade, a UFPA sempre foi muito elitista, hoje em dia eu digo que ela tá criando uma nova cara, a Universidade Federal do Pará, está criando um novo perfil (informação verbal).

[...] uma universidade que seja capaz de abrigar todos os grupos que existem na sociedade brasileira. Não uma universidade que só receba e forme os mesmos, a universidade que forma sempre os mesmos, aquele da elite ou então classe média branca, essa universidade é uma universidade pobre, mas quanto mais a universidade recebe grupos diferentes, mais ela se enriquece, mais ela cresce como instituição produtora de conhecimento. [...].

Nilma Gomes (2017, p. 73) diz que o movimento de mulheres negras, através de suas ações, “constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estéticos corpóreos específicos”. É um movimento que ganha maior visibilidade com a Marcha das Mulheres Negras de 2015, sobre a qual Zélia também tece suas impressões.

[...] pra dar conta da pauta das mulheres negras, que eu digo que é, o instamento mais esmagado na sociedade, existe um racismo [...], uma hierarquização no último instamento, aquele mais esmagado, quem está lá são as mulheres negras. Por isso quando as mulheres negras se mexem eu digo que elas são capazes de mexer com todos, de trazer à tona todos os outros oprimidos pelo sistema, elas estão lá embaixo, elas se mexem os outros se mexem junto. Então a

marcha pra mim ela foi isso, ela foi o instamento mais esmagado pela opressão do racismo, esse instamento se organizou, veio pra cena, falou, teve voz, disse o que queria, e o que elas querem na verdade? Elas querem lutar contra o racismo, contra a violência, querem o bem viver. E o bem viver não é a boa vida ou a vida boa, o bem viver é viver numa sociedade livre de racismo, viver numa sociedade que não seja uma sociedade baseada no lucro e na exploração das pessoas. O bem viver é inclusive um conceito que o sociólogo Aníbal Quijano trabalha (informação verbal).

Angela Davis (2017) afirma que “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, pois ela está na base da pirâmide das opressões, traz à tona todas as demais pautas de outros grupos oprimidos na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São mulheres negras, pobres e da Amazônia, uma combinação que fortalece um elo de exclusão; interseccionam num único corpo as opressões de gênero, raça, classe e região. Elas partem do ponto comum de serem mulheres, negras e amazônidas, apresentando construção de identidades diferentes (morenas, caboclas amazônicas), pois são atravessadas por experiências singulares desta região. As mulheres negras são diversas em suas múltiplas experiências e vivências, se reconhecem pela afirmação desse território mas, também, por serem excessão nos lugares onde atuam.

A presença de mulheres negras em lugares de chefia ou de direção dentro das instituições pesquisadas ainda é uma exceção, que reforça os estereótipos concebidos historicamente, de que foram construídos lugares para não negros e lugares que os negros devem ocupar na sociedade brasileira. Para elas, as exigências são maiores, precisam ser duas, três vezes melhores no que fazem para chegarem nesses espaços. A elas é exigido terem traçado “uma carreira, ou militância” que as credencie a estar nessas posições, o que não se aplica, necessariamente, a outras mulheres não negras.

Constatamos que, na instância partidária e na atuação do Governo Federal, o racismo institucional é muito mais explícito e recorrente, atuando como fator de exclusão e impedimento da presença de outras mulheres negras neste espaço. Na CUT, o grande desafio é de se terem mulheres negras nos altos cargos de direções, pois ela é composta de 62.2% de homens nas direções estaduais (DIEESE, 2014). Precisa-se levar em conta a “*formação cultural dessa classe trabalhadora*” (THOMPSON, 1998, *apud* MATTOS), desde o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, considerado o berço do “Novo Sindicalismo”, até o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Igarapé Miri - STTR, no Pará. Enquanto, na UFPA, o desafio é ter outras mulheres negras em instâncias de Poder – até a realização da presente pesquisa, o cargo mais alto ocupado por uma mulher negra, em sessenta e um anos de existência da Universidade, foi o de vice-reitor.

A cultura política do sindicato, do partido e, até mesmo, da universidade, é hegemonicamente branca e eurocêntrica, o que contribui para a ausência de mais mulheres negras em espaços de direção e tomada de poder dentro dessas instituições.

Percebemos que suas histórias de vida pessoal e de vida pública são atravessadas pelo racismo, num processo pessoal e coletivo de combate diário que, onde quer que elas estejam, as suas condições de serem mulheres negras e da Amazônia continuará sendo um marcador tatuado em seus corpos negros.

Procuramos demonstrar, através dessa pesquisa inicial, que a presença de mulheres negras em instâncias de poder conjuga vários fatores marcados na construção histórica do Brasil, como: racismo, machismo, preconceito regional; e que elas vão desenvolvendo estratégias de sobrevivência e fortalecimento nesses espaços. Elas travam lutas constantes para não serem as únicas nesses lugares, percebem a combinação das opressões em seus corpos negros e encontram formas distintas de enfrentarem tais opressões, que vão desde o apoio de outras mulheres até incidir, mais diretamente, na presença de outras mulheres negras nestes lugares, como a luta pela implementação de cotas raciais na UFPA. O fato de conseguirem ocupar cargos/lugares estratégicos não as livra de sofrerem racismo nem preconceito regional, o que reforça a tese levantada por vários autores e autoras – dentre eles, Kabengele Munanga (2004) – de que o racismo está introyetado na estrutura das instituições brasileiras.

A presença delas em espaços de luta coletiva contribui diretamente para que políticas, medidas e ações sejam desenvolvidas para ampliar a participação de outras mulheres negras nestes lugares.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para o fortalecimento político do movimento de mulheres negras no Estado do Pará, e que possa inspirar mais mulheres negras a acessar instâncias de poder na Amazônia paraense.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

AMADOR DE DEUS, Zélia. *Hoje o Protagonismo vai ser feminista, negro e nortista*. Palestra realizada na Universidade da Amazônia-UNAMA, Belém, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *História Oral e Metodologia de Pesquisa em História: Objetos, Abordagens, Temáticas: Teoria e metodologia da História: antigas e novas interdisciplinaridades*. Jundiá, Paco Editorial: 2016.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. *Mulheres negras amazônidas frente à cidade morena: O lugar da psicologia, os territórios de resistência*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kinberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Los Angeles, 2002.

_____ (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 12, p. 171-88.

DAVIS, Angela, 1994. *Mulheres raça e classe*. Tradução Henci Regina Candiani, 1.ed, São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Almeida Neves, FERREIRA, Maria de Mores. *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. 316 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Perfil das/dos Dirigentes da CUT. Pesquisa Perfil Afirmativo. Março/2014.

GIACOMINI, Sônia Maria. Ser escrava no Brasil, *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, nº 15, Rio de Janeiro, 1998, p.145-170.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *A Questão Negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Global, 1981, (Cadernos Trabalhistas).

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Cadernos PENESB*. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. n.5. p. 15-23, 2004.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: A trajetória de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007, 129p.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 3 n., 2008, p. 446-457.

_____. *Políticas de Promoção de Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)*, 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ed. rev. ampl.-Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Org. e trad. Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Entrevistas:

AMADOR DE DEUS, Zélia. A trajetória de vida de Mulheres Negras na Amazônia Paraense (1995-2015). Entrevista concedida a Maria de Nazaré Costa da Cruz. Belém, 15 de novembro de 2018.

FORO, Carmen Helena. A trajetória de vida de Mulheres Negras na Amazônia Paraense (1995-2015). Entrevista concedida a Maria de Nazaré Costa da Cruz. Belém, 30 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Janaina Barbosa. A trajetória de vida de Mulheres Negras na Amazônia Paraense (1995-2015). Entrevista concedida a Maria de Nazaré Costa da Cruz. Belém, 20 de setembro de 2018.

Fontes Eletrônicas:

BENTES, Nilma. *Mulheres Negras sempre estarão dispostas a lutar*. Belém, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/nilma-bentes-historia-mostra-que-mulheres-negras-sempre-estarao-dispostas-a-lutar/>>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. SP, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

Coletivo de Negras da Amazônia. Disponível em <<http://coletivodenegrasdaamazonia.blogspot.com/>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. *Metáforas da cor: Morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia Paraense*. Afro-Ásia, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77050451007>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

CRENSHAW, Kimberlè (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. Disponível em: <<http://politicalscience.tamu.edu/documents/faculty/Crenshaw-Demarginalizing.pdf>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

DAVIS, Ângela, 1997. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Disponível em: <arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/movimentoslideres-pensadores/afroamericanos/10243-as-mulheres-negras-naconstrucao-de-uma-nova-utopia-angela-davis>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

_____, 2017. *Quando uma mulher negra se movimenta*. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elepais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson no Brasil*, UFF. Disponível em: <<file:///C:/Users/ASUS%20X550C/Documents/TCC/thompson/Thompson%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. Disponível em: <historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2018.

SANTOS, Hélio. *Provocações*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qfouVRs-qLQ4>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

SOARES, José Luiz. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. *40º Encontro Anual de ANPOCS - ST 34- Trabalho, trabalhadores e ação coletiva*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=40+encontro+anual+da+anpocs+st+34+-+trabalho%2c+trabalhadores+e+ação+coletiva+as+políticas+de+genero>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.